

Cultura Política e Sociabilidades: Minas Gerais (1822-1831)

Alexandre Mansur Barata* - UFJF

1. Nos últimos anos, a temática da formação do Estado e da Nação voltou a chamar a atenção dos historiadores. No caso da historiografia latino-americana, publicações como *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina* (1999) coordenada por Hilda Sabato; *Brasil: formação do Estado e da Nação* (2003) coordenado por Istvan Jancsó; *Inventando la nación: Iberoamérica, Siglo XIX* (2003) coordenada por Antonio Annino e François-Xavier Guerra são exemplos importantes desse maior envolvimento.¹

Segundo François-Xavier Guerra, o processo de construção da nação pressupõe uma “nova maneira de existir”, um projeto de futuro que é “conseqüência de um vínculo social inédito entre os indivíduos-cidadãos”: “(...) *considerar la nación moderna como una nueva manera de concebir una colectividad, como una nueva forma ideal e inédita de organización social, como un nuevo modo de existir al qual pueden aspirar grupos humanos de naturaleza muy diferente.*”²

Essa dimensão de um “projeto de futuro” que a construção da nação traz consigo implica na necessidade do aprendizado e da transmissão de novas práticas políticas e culturais. Para Pilar G. Bernaldo, o entendimento de que as sociabilidades modernas constituíram na virada do século XVIII para o século XIX importantes instrumentos de pedagogia cívica não é mais nenhuma novidade, especialmente, para o caso francês. Apesar dos avanços que a historiografia latino-americana tem feito neste campo, persiste

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador colaborador do Projeto “Nação e Cidadania no Império: novos horizontes” (Pronex-Faperj-CNPq).

¹ SABATO, Hilda (coord). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. Mexico: CM-FCE, 1999; ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). *Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX*. Mexico: FCE, 2003; JANCÓS, Istvan (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

² GUERRA, François-Xavier. *Introducción*. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). *Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX*. Mexico: FCE, 2003. p. 8 e 11.

ainda um certo “vazio” sobre o papel dessas práticas associativas modernas no processo de formação do estado-nação.³

A partir dessas afirmações, nosso objetivo principal é analisar de forma mais sistemática a vida associativa na Província de Minas Gerais durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Busca-se compreender o processo inicial de construção do Estado Nacional brasileiro, a partir da discussão relativa à função de um conjunto de espaços de sociabilidade moderna dedicados ao exercício da crítica, da educação política, da filantropia e do lazer.

Antes de continuarmos, é preciso salientar que a pesquisa encontra-se ainda em andamento.

2. De noção imprecisa, normalmente utilizada em seu sentido filosófico e psicológico para definir o gosto ou a atitude de viver em sociedade, a noção de sociabilidade nas últimas décadas passou a ser percebida de uma forma totalmente diferente e inovadora, visto que ela abria um novo campo de preocupações direcionado para o estudo da dinâmica da vida associativa em um lugar e tempo definidos.⁴

Marco essencial na transformação da noção de sociabilidade em uma categoria operacional e fecunda para a pesquisa histórica foi a publicação do trabalho do historiador francês Maurice Agulhon, cuja primeira versão data de 1966.⁵ Em *Pénitents et francs-maçons de d'ancienne Provence*, Agulhon analisou a vida associativa que se desenvolveu

³ BERNALDO, Pilar Gonzalez. Pedagogia societaria y aprendizaje dela nación en el Rio de la Plata. In: ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord). Inventando la nación: Iberoamérica, siglo XIX. Mexico: FCE, 2003. p. 565.

⁴ FRANÇOIS, Étienne & REICHARDT, Rolf. “Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII siècle au milieu du XIX siècle”. *Revue d'histoire moderne e contemporaine*. Tome XXXIV, jul-sept/1987; VOVELLE, Michel. “Dez anos de sociabilidade meridional”. In *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MOREL, Marco. “La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840): opinion, acteurs et sociabilités”. Tese de Doutorado. Université de Paris I, 1995.

⁵ Trata-se do clássico trabalho *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*, publicado em 1968, tendo sido revisto e aumentado em edição de 1984. Porém, como afirma Maurice Agulhon no prefácio da edição de 1984, esse trabalho possui uma versão inicial de 1966 intitulada *La sociabilité méridionale (confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle*. Ver: AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*, 3.ed. Paris: Fayard, 1984.

na região francesa da Provença na segunda metade do século XVIII de uma forma dinâmica, sem perder de vista suas mutações tanto do ponto de vista do recrutamento, quanto das suas funções e estrutura, abrindo assim um novo campo de preocupações que se direcionavam para os estudos sobre as atitudes e os comportamentos coletivos.

Desta forma, a utilização da noção de sociabilidade, como foi trabalhada por Maurice Agulhon e, mais recentemente, por Jean-François Sirinelli,⁶ possibilita a análise das práticas associativas tendo em vista duas dimensões: a dimensão do “discurso ou simbólica” e a dimensão da “organização”. Para Sirinelli, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, “geográfico” e “afetivo”, pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar uma certa “sensibilidade ideológica”.⁷

Entendemos que a análise das sociabilidades modernas nos permite compreender a gestação de uma nova cultura política. Ou seja, permite compreender como determinados valores, atitudes, crenças tornam-se significativos para a mobilização política dos indivíduos numa determinada realidade, enriquecendo a compreensão dos mecanismos de funcionamento do poder, em particular, e dos fenômenos de natureza política em geral.⁸ Para o historiador, o interesse na identificação de uma cultura política é duplo. Em primeiro lugar, na dimensão individual da cultura política, compreender as raízes e as filiações dos indivíduos, procurando restituir a coerência dos seus comportamentos pela descoberta de suas motivações. Em segundo lugar, na dimensão coletiva da cultura política, compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura (visão comum do mundo, leitura partilhada do passado, vocabulário, sociabilidade própria, gestos, símbolos).⁹

3. Caio César Boschi, no seu importante estudo sobre as irmandades leigas mineiras do século XVIII, conclui que elas “pelo seu alto espírito associacionista, elas serviram de sólida

⁶ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996, pp. 231-269.

⁷ *Ibidem*, p. 253.

⁸ SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, N. et alii (orgs). *Dicionário de política*. 4.ed. Brasília: Ed.UnB, 1992, p. 306.; GAMA, Adriano S. Lopes Cerqueira da. A validade do conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*. Mariana, n. 6, 1996.

⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François(org). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 362-3.

base para que se organizassem em Minas Gerais outros tipos de agremiações como, por exemplo, as lojas maçônicas. É admissível supor que essas últimas não fizeram tábua rasa das irmandades. No mínimo, as irmandades tinham criado e desenvolvido na gente mineira o hábito de se congregar e se reunir para o auxílio recíproco.”¹⁰

A conclusão de Caio Boschi é bastante provocativa e instigante. Em 1822, por exemplo, encontrava-se em funcionamento em Vila Rica (Ouro Preto), uma loja maçônica denominada *Mineiros Reunidos*. Naquele mesmo ano, ela solicitou a sua filiação e reconhecimento por parte do *Grande Oriente do Brasil* fundado em junho no Rio de Janeiro. É bem possível que fossem membros dessa loja maçônica: João Pascoal; Manuel de Portugal e Castro; Francisco Garcia; Antônio Caetano Pinto Coelho; Carlos Wallestein; Antônio Buzelem; Guido Tomás Marlier. Segundo o depoimento do Tenente do Primeiro Regimento de Cavalaria de Milícias Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga, em 06/12/1822, morador em Vila Rica (Ouro Preto) – Minas Gerais, teriam sido essas pessoas que se reuniam, em algumas noites, na casa do primeiro citado, o francês João Pascoal. Esse depoimento foi dado em função da devassa iniciada em novembro de 1822, no Rio de Janeiro, ordenada pelo Ministro dos Negócios do Império José Bonifácio de Andrada e Silva.¹¹

Entretanto, é necessário que se faça uma observação. Mais do que uma “continuidade”, seria importante enfatizar uma transformação no comportamento associativo dos habitantes de Minas Gerais. Diferentemente das formas de convívio e de projeção social ligadas ao Antigo Regime (festas, procissões, aclamações, manifestações de adesão à monarquia, irmandades, misericórdias, etc), nas primeiras décadas do século XIX, tal como aconteceu em outras partes do Brasil, Minas Gerais viu surgir um número expressivo de espaços de sociabilidade que conformavam um espaço público moderno.

¹⁰ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.181.

¹¹ AHMI. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Atas (minutas) de sessões maçônicas, 1822 (com anexos). II – POB 1822 Maç. at 1-10; *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 48, 1923, p. 584-586; AS CÂMARAS Municipais e a Independência. Rio de Janeiro: CFC - Arquivo Nacional, 1973. v.2, p. 226.

Como propõe J. Habermas, a constituição de uma esfera pública, particularmente na França e na Inglaterra do século XVIII, foi acompanhada pelo aparecimento de novos espaços de sociabilidade dedicados à crítica e à discussão, que não se identificavam com o Estado, exercido pelo poder absoluto do rei e em parte pela vida na corte, e que também não se confundiam com os tradicionais espaços de sociabilidade das camadas populares.¹² Baseados numa adesão individual, livre, voluntária, organizaram-se, neste período, espaços de convivência dedicados ao debate, à crítica, à leitura em voz alta, à conversação, enfim, a uma prática intelectual que reconhecia os participantes como iguais, qualquer que fosse a sua condição social.¹³

Além do funcionamento da citada loja maçônica, expressão dessa transformação em Minas Gerais foi a publicação e circulação de um número significativo de periódicos, panfletos e folhetos.¹⁴ As primeiras tipografias que entraram em funcionamento em Minas Gerais datam do início do ano de 1822. A primeira foi criada pelo governo provincial e era administrada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto. Já a segunda foi criada por Manoel José Barbosa, responsável pela edição em 1823 do primeiro periódico mineiro, o *Compilador Mineiro*.¹⁵

Além do *Compilador Mineiro*, durante o Primeiro Reinado, foram publicados os seguintes periódicos em Minas Gerais, dentre outros: *Abelha do Itaculumy* (Ouro Preto, 1824-1825); *Universal* (Ouro Preto, 1825-1842); *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* (Ouro Preto, 1825); *O Telegrapho* (Ouro Preto, 1830); *O Novo Argos* (Ouro Preto, 1829-1834); *Astro de Minas* (São João del Rei, 1827-1839); *O Amigo da Verdade* (São João del Rei, 1829); *O Mentor das Brasileiras* (São João del Rei, 1829-1832);

¹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42.

¹³ CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII: los orígenes culturales de la Revolución Francesa*. Barcelona: Gedisa, 1995, p. 33.

¹⁴ SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. (cap. 04)

¹⁵ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 3, jan-mar. 1898, pp. 119-249.

Estrella Marianense (Mariana, 1830-1832); *O Pregoeiro Constitucional* (Pouso Alegre, 1830-1831), *O Universal* (Ouro Preto, 1825-1842).¹⁶

Outro exemplo significativo foi a iniciativa do comerciante Baptista Caetano de Almeida de criar, em 1827 uma Livraria pública em São João del Rei. Criou também a primeira tipografia e o primeiro periódico da Vila de São João del Rei, *O Astro de Minas*.¹⁷ Para Baptista Caetano, “o estabelecimento de uma Biblioteca Pública em um país é sem dúvida a primeira data da sua civilização: nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente feliz sem que todos os seus membros tenham necessária sabedoria. Foi esta a máxima capital de que partiram esses espíritos sublimes, e filantrópicos, que nos tempos antigos ilustrara a terra. (...) Mas não basta que um, ou outro membro, que uma, ou outra classe da sociedade seja sábia, é preciso que a sabedoria se estenda a massa geral dos povos; pois as mais importantes verdades lançadas no meio de um povo rude, ou ainda não capaz de as conhecer e avaliar, são como a mais brilhante luz que, interceptada pelos corpos opacos, ou absorvida pelos escuros, se confunde com as trevas. (...) A mocidade desejosa de aprender achará nele a par de célebres historiadores os publicistas mais abalizados do nosso tempo: conhecerá o presente estado da Europa pela leitura dos jornais de Inglaterra, França, Espanha e Portugal: verá o andamento da nossa Causa pela de todos os periódicos do Rio de Janeiro, e então se persuadirá que a sabedoria é a única base da felicidade dos povos. (...)”¹⁸

O discurso de Baptista Caetano era tipicamente influenciado pelo projeto das “Luzes” ao defender que a sabedoria, a civilização e a felicidade caminhavam juntas. Como assinala Hannah Arendt, a busca pela liberdade ou felicidade públicas foi o que inspirou os “homens das revoluções” em ambos os lados do Atlântico. Para eles, o termo liberdade ganhava um novo sentido, o de liberdade pública. O que os mobilizava era a perspectiva de participar da

¹⁶ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 3, jan-mar. 1898, pp. 119-249.

¹⁷ SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

¹⁸ AHUFJF. Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei. Livro para a subscrição voluntária a benefício da manutenção da Livraria Pública de São João del Rei. (SUB 208)

vida pública, de gerir a coisa pública, de “*criação de um corpo político que assegure o espaço onde a liberdade possa aparecer*”¹⁹.

Apesar do levantamento incompleto, no final do Primeiro Reinado e nos anos das Regências teria ocorrido uma transformação significativa dos espaços públicos em Minas Gerais. Tal como constatou Marco Morel para o Rio de Janeiro, ao lado de um alargamento da esfera pública, com um crescimento expressivo do número de associações, teria ocorrido uma demanda pela “publicização da política”.²⁰ Gradativamente, as associações de caráter secreto, como as lojas maçônicas por exemplo, perderam espaço. Expressão dessa transformação foi a criação de várias seções da “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional” nas principais vilas mineiras. Em 1831, foi fundada a “Defensora” de São João del Rei, que se reunia, em sessões públicas realizadas no prédio da Câmara, de quinze em quinze dias. Chegou a possuir 193 membros ou quase 5% da população da vila.²¹

Apesar dos limites, estava em gestação um novo espaço público. Nas boticas, nas tavernas, nas lojas maçônicas, nas livrarias públicas, nos periódicos, pedagogicamente, as novas regras do jogo político eram aprendidas/ensinadas. Interiorizava-se novos vínculos de pertencimento coletivo. Aprendia-se as práticas representativas e forjava-se uma nova cultura política, onde o exercício da soberania passava das mãos do rei para as da nação.

¹⁹ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Brasília: Ed.UnB; São Paulo: Ática, 1990, pp. 92-112.

²⁰ MOREL, Marco. “Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.

²¹ CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.